



ANÁLISE MENSAL

JULHO
2022



**política
por inteiro**

BALANÇO DE SINAIS
PÚBLICOS RELEVANTES PARA
A POLÍTICA CLIMÁTICA E DE
MEIO AMBIENTE NO BRASIL



Índice

1. Executivo ▶
2. Legislativo ▶
3. Judiciário ▶
4. Amazônia ▶
5. Conjuntura ▶
6. Tendências ▶

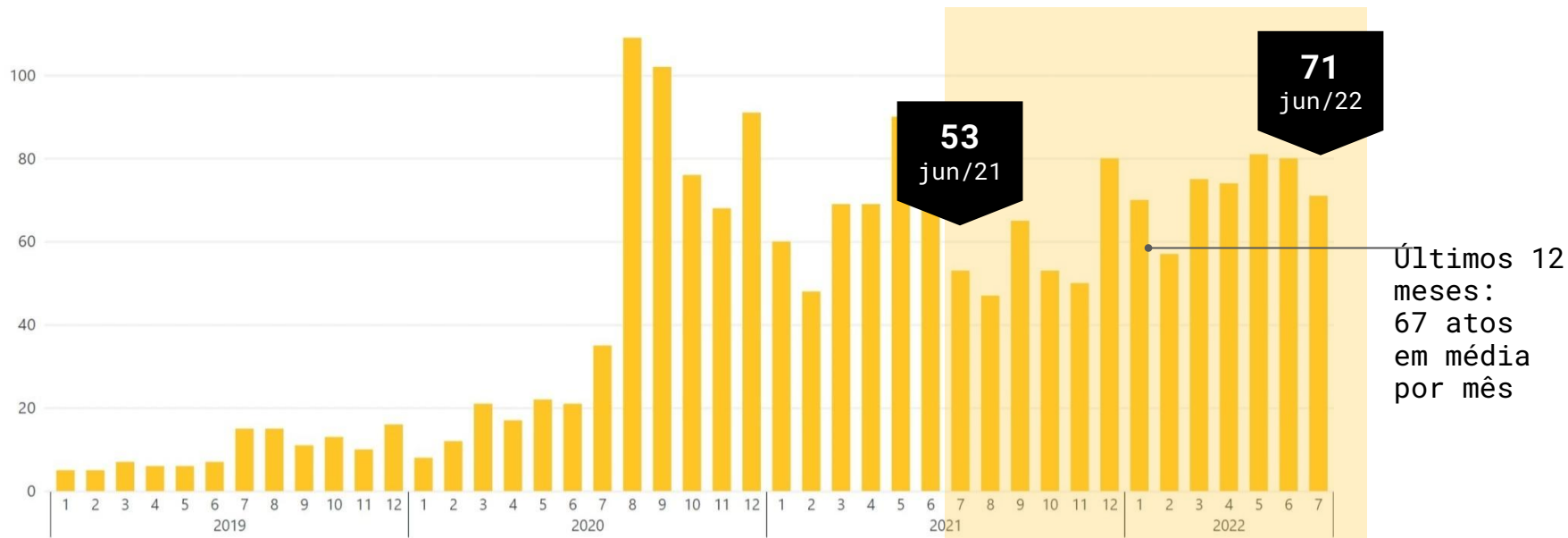
PODER EXECUTIVO FEDERAL

MONITORAMENTO DO DIÁRIO
OFICIAL DA UNIÃO

FOTO: ROBERT STUCKERT FILHO/PR

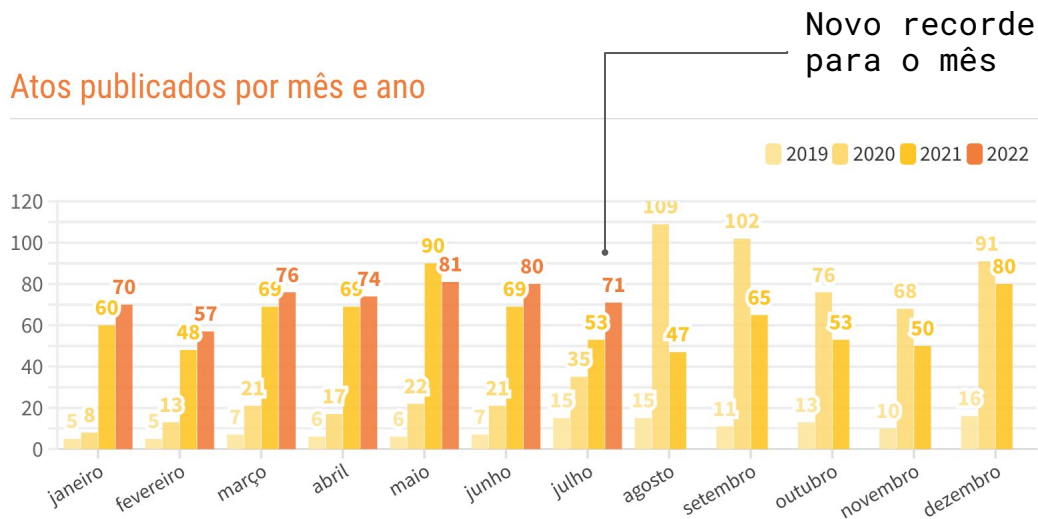
Em julho, o Monitor de Atos Públicos captou **71 atos** relevantes às políticas ambiental e de mudança climática publicadas no *Diário Oficial da União*. Apesar da queda em relação ao mês anterior, o volume segue acima da média dos últimos 12 meses.

EVOLUÇÃO MENSAL DE ATOS

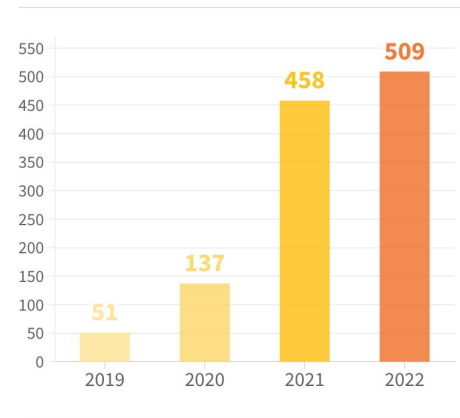


Tendência de alta

A tendência de alta permanece, com novo recorde para julho em relação ao mesmo mês dos anos anteriores. Em 2022, somente em maio não foi registrado o maior volume de normas infralegais para o mês no Monitor de Atos Públicos. No ano, a alta acumulada é de 11% quando comparado aos sete primeiros meses de 2021.

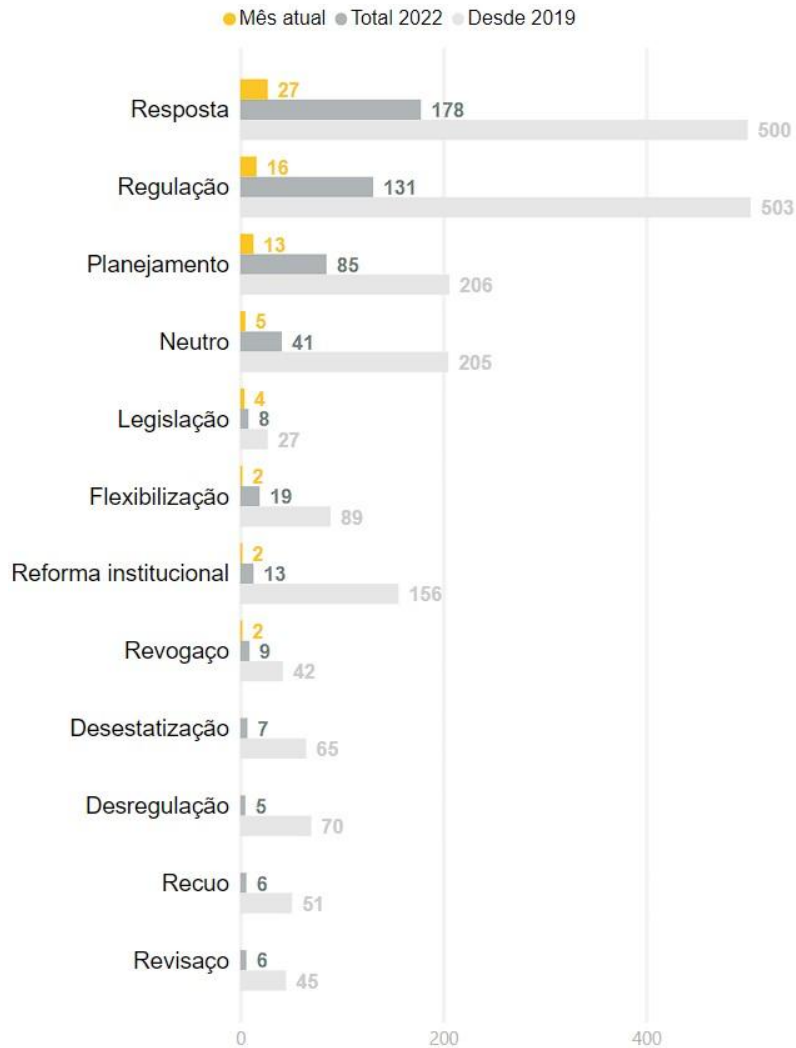


Atos acumulados no ano



ATOS DE JULHO POR CLASSE

- **Resposta** foi a classe mais frequente do mês (28): os atos são referentes aos reconhecimentos de situação de emergência e calamidade pública e ao emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em apoio à Funai e ao estado do Amazonas.
- Na sequência, a classe **Regulação** (16) e a classe **Planejamento** (12) foram as mais captadas. A predominância dessas três classes é consistente com padrão observado desde o ano passado.



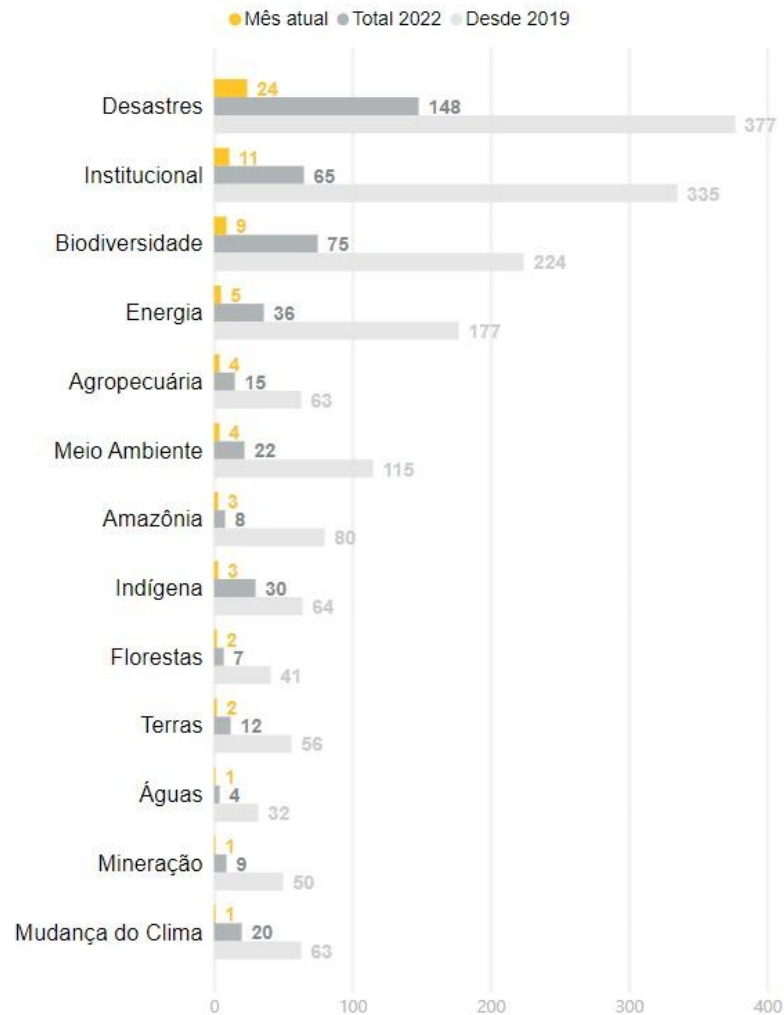
Destaques nas classes mais frequentes do mês

- **Resposta:** Calamidade Pública e Situação de Emergência por chuvas intensas; Grupo de Trabalho de governança do Fundo Amazônia; FNSP no Amazonas e em Terras Indígenas no Pará e Rio Grande do Sul
- **Planejamento:** Revisão do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa e do Plano Operativo 2020-2023; Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2) e Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI)
- **Regulação:** Despacho do Ibama sobre responsabilidade administrativa por danos ambientais; Registros de agrotóxicos; Procedimento para a comunicação de incidentes na produção de petróleo e gás natural.
- **Flexibilização:** Retira restrições das operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio; Prorrogação do GT MAPA Piratininga
- **Reforma Institucional:** Reorganização da Estrutura Organizacional e do Quadro Demonstrativo Detalhado dos Cargos Comissionados Executivos - CCE e das Funções Comissionadas Executivas - FCE do Ibama

Saiba mais.

[Clique aqui para acessar](#)

ATOS DE JULHO POR TEMA



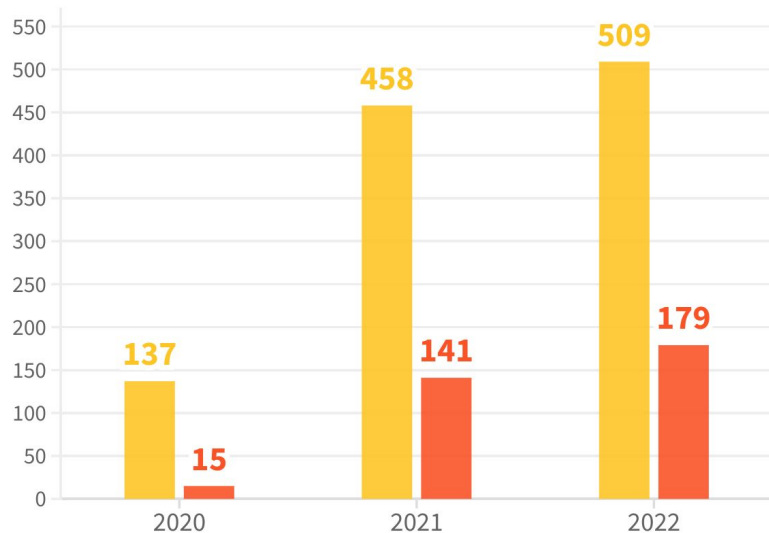
TENDÊNCIA DE ALTA

Atos de Resposta

- A classe **Resposta** acumula alta de 27% em relação a janeiro a julho de 2021 - contribuindo significativamente para puxar para cima a curva anual de normas (no total, a alta é de 11%).
- Os atos de **Resposta** avolumam-se com a recorrência das portarias de reconhecimento de emergência por desastres, categorizados em tema homônimo (**Desastres**) e também de autorização do emprego da FNSP.

Atos acumulados no ano

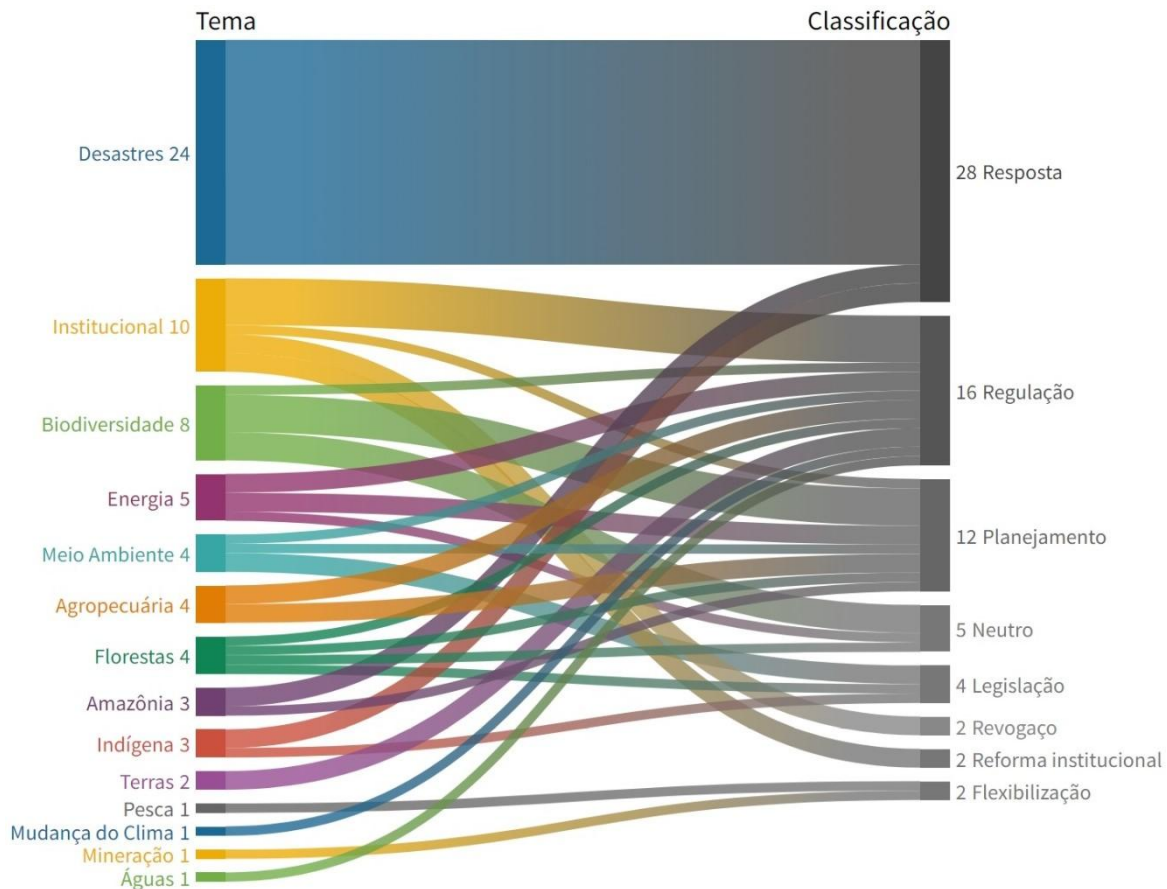
■ Atos totais ■ Atos de Resposta



Temas e classes

Temas mais frequentes do mês:

- **Desastres:** Reconhecimentos de situação de emergência e calamidade pública.
- **Institucional:** Revogações MMA e diretrizes internas Ibama e ICMBio
- **Biodiversidade:** Aprovação de Regimentos Internos do ICMBio e Planos de Ação Nacional para a Conservação (PAN)



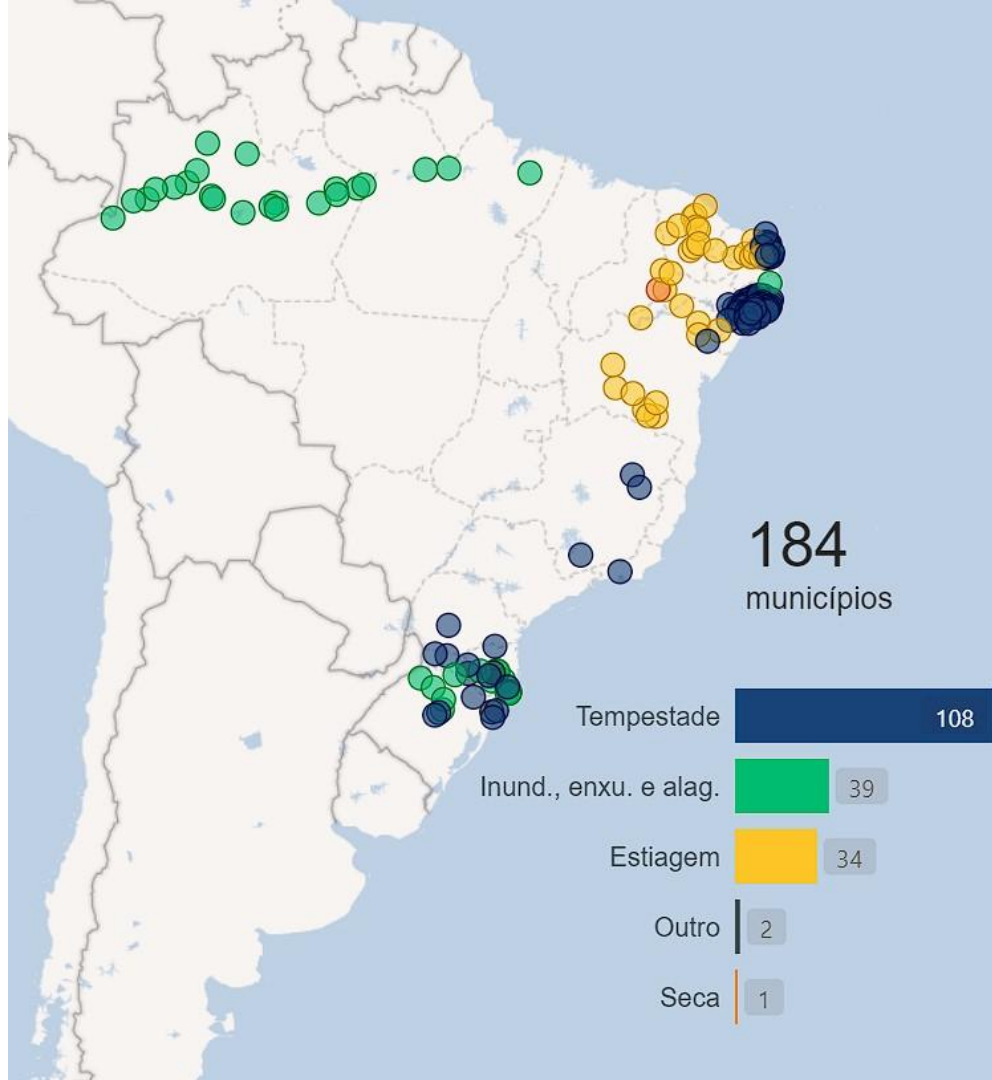
PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Desastres

184 municípios foram reconhecidos em situação de emergência e calamidade pública em julho.

Houve concentração de estiagem e tempestades no Nordeste e inundações e alagamentos no Norte do país. No Sul houve concentração de inundações e alagamentos e tempestades.

Acesse nosso monitor
de desastres



PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Indígenas

PORTARIA MJSP Nº 125, DE 12 DE JULHO DE 2022

Resposta

Autoriza o emprego da FNSP, em apoio à Polícia Federal, na Terra Indígena Votouro, no Rio Grande do Sul, por 90 dias. O objetivo é reforçar a segurança na região, que desde 2018 registra episódios de violência entre indígenas e não-indígenas, incluindo crimes investigados na Operação Terra Sem Lei.

PORTARIA MJSP Nº 129, DE 13 DE JULHO DE 2022

Resposta

Autoriza a prorrogação do emprego da FNSP, em apoio à Funai, na Terra Indígena Parakanã, no Pará, por 30 dias.

LEI Nº 14.402, DE 8 DE JULHO DE 2022

Legislação

Institui em 19 de abril como o Dia dos Povos Indígenas, revogando o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. O [PL 5466/2019](#), da deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), havia sido vetado integralmente pelo presidente Jair Bolsonaro. No dia 5 de julho, em sessão conjunta do Congresso, os [parlamentares derrubaram o Veto 28/2022](#).

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Energia

PORTARIA MCTI Nº 6.100, DE 11 DE JULHO DE 2022/PORTARIA MCTI Nº 6.101, DE 11 DE JULHO DE 2022

Planejamento

Institui a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH₂) para criar, integrar e fortalecer ações governamentais na temática de Hidrogênio e suas aplicações, com foco no desenvolvimento tecnológico e na promoção da inovação e do empreendedorismo. Institui também, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH₂-MCTI), como um dos instrumentos da Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH₂).

Meio Ambiente

LEI Nº 14.424, DE 27 DE JULHO DE 2022

Legislação

Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 para incluir dispositivos que estabelecem, dentre outros, a possibilidade de realização de instalação de infraestrutura de telecomunicações mesmo sem a decisão do órgão/entidade competente, desde que em conformidade com as condições estipuladas no requerimento de licença e legislação aplicável. Há, pela norma, possível liberação tácita de empreendimentos. Ou seja, afasta-se a análise prévia do órgão ambiental quando do requerimento de cada licença.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Institucional

DESPACHO

Regulação

Despacho do presidente do Ibama aprova parecer elaborado para fundamentar a revisão de orientação interna sobre responsabilidade administrativa por danos ambientais, agora subjetiva. Anteriormente, havia a OJN nº 26/2011/PFE/IBAMA, que interpretava essa responsabilidade como independente de culpa ou dolo para haver a responsabilização por infração ambiental. Agora, o entendimento (que é vinculante a todo o Ibama) estabelece que a responsabilidade administrativa ambiental depende da comprovação de dolo ou culpa. Acesse a análise da POLÍTICA POR INTEIRO [aqui](#).

Florestas

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 13 DE JULHO DE 2022
/RESOLUÇÃO Nº 13, DE 13 DE JULHO DE 2022

Neutro/Planejamento

Aprova o **Balço de Atividades 2021** e a revisão do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023. Assim como a revisão do Plano Operativo 2020-2023.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Pesca

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.102, DE 01 DE JULHO DE 2022

Flexibilização

Altera o Anexo da Portaria nº 401/2021 para alterar as datas de conclusão das ações do GT MAPA Piracatinga, antes para julho e junho/2022 e agora para junho/2023. Sobre o tema, confira o [post](#) da POLÍTICA POR INTEIRO.

Mineração

DECRETO Nº 11.120, DE 5 DE JULHO DE 2022

Flexibilização

Permite as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio, de produtos químicos orgânicos e inorgânicos, incluídas as suas composições, fabricados à base de lítio, de lítio metálico e das ligas de lítio e de seus derivados. Determina que não estão sujeitas a critérios, restrições, limites ou condicionantes de qualquer natureza, exceto aqueles previstos em lei ou em atos editados pela Câmara de Comércio Exterior – Camex. Revoga o Decreto nº 2.413, de 4 de dezembro de 1997; e o Decreto nº 10.577, de 14 de dezembro de 2020. Na redação anterior, era obrigatória a prévia autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear para as operações de comércio exterior até 31 de dezembro de 2030.

An aerial, black and white photograph of a vast Amazon rainforest. A dark, winding river cuts through the dense canopy of trees. In the lower center of the river, a small, light-colored boat is visible. The text 'FOCO AMAZÔNIA' is overlaid on the left side of the image in large, white, bold, sans-serif capital letters.

FOCO AMAZÔNIA

UM OLHAR ESPECIAL PARA AS
POLÍTICAS CLIMÁTICAS DA AMAZÔNIA
LEGAL

FOTO: GUSTAVO FRAZÃO/SHUTTERSTOCK

AMAZÔNIA

PORTARIA MMA Nº 191, DE 22 DE JULHO DE 2022

Resposta

Institui o Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de analisar e propor as estruturas de governança do Fundo Amazônia e seus objetivos como instrumento de financiamento das políticas públicas nacionais. O grupo se reunirá ordinariamente a cada 15 dias, e extraordinariamente mediante convocação. Terá o prazo de 60 dias, podendo ser renovado por igual período, para conclusão dos trabalhos, a contar da data da primeira reunião. A portaria, que entrou em vigor em 2 de agosto de 2022, foi publicada após relatório da Controladoria Geral da União (CGU) apontar que o **MMA colocou em risco a continuidade do fundo.**

O primeiro prazo de trabalho do GT vence exatamente no primeiro turno das eleições. O Executivo correrá para destravar o fundo, em que estão parados mais de R\$ 3 bilhões, ainda nesta gestão? O contexto eleitoral e os rumos das políticas para a Amazônia a partir do resultado das urnas preocupam os doadores. No Judiciário, a **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 59**, que trata da paralisação do Fundo Amazônia, estava prevista para votação em agosto, chegou a entrar na lista de julgamento virtual, mas foi retirada. Não ficou nem 24h na pauta. Há movimentação por parte dos doadores para que a questão caminhe somente no próximo governo.

AM | LEG
PLO N° 338 DE 2022

MEIO AMBIENTE

Institui diretrizes gerais para as políticas de Fomento e Incentivo a Cooperativas e Associações especializadas em Reciclagem de resíduos sólidos no âmbito do Estado do Amazonas.

MT | EXE
RESOLUÇÃO N° 06

MUDANÇA DO CLIMA

Aprova a Indicadores de Salvaguardas Socioambientais para REDD+ do Programa REDD Early Movers (REM-MT).

AC | EXE
DECRETO N.º 11.093

AGROPECUÁRIA

Institui a Plataforma de Integração e Monitoramento de Dados Ambientais do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental -PCIGMA e a Plataforma de Gestão do Cadastro Ambiental Rural - PG-CAR.

AC | EXE
DECRETO N°11.079

BIODIVERSIDADE

Prorroga o prazo da criação da Unidade de Conservação Provisória - Floresta Estadual do Afluente do Complexo do Seringal Jurupari.

MT | EXE
DECRETO N° 1.436

INSTITUCIONAL

Dispõe sobre o processo administrativo estadual de apuração das infrações administrativas e por atividades lesivas ao meio ambiente, regulamenta o Programa de Conversão de Multas Ambientais e dá outras providências.



Amazonas | Executivo

desastres

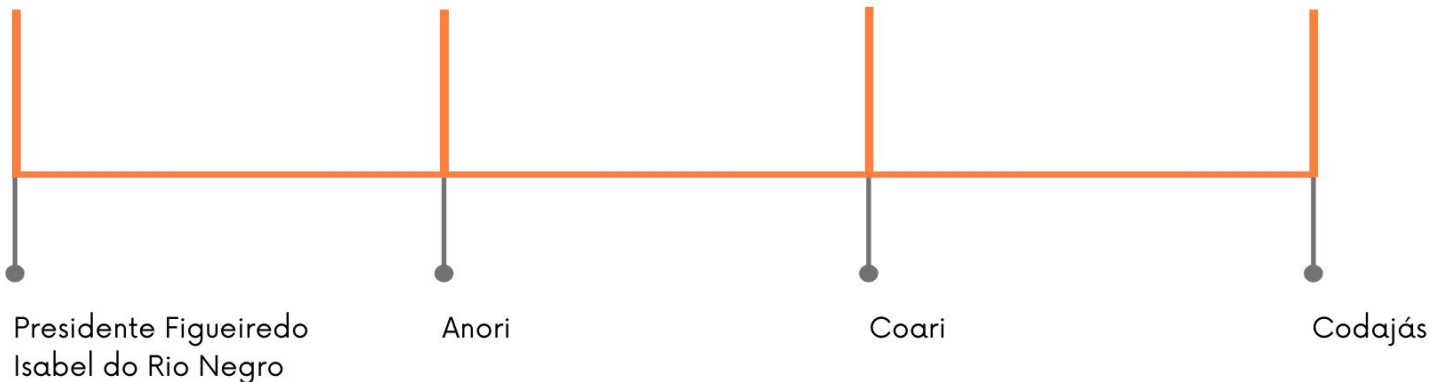
O Governo do Estado do Amazonas decretou situação de Emergência nos seguintes municípios devido a **Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0)** no local.

11 DE JULHO
DE 2022

12 DE JULHO
DE 2022

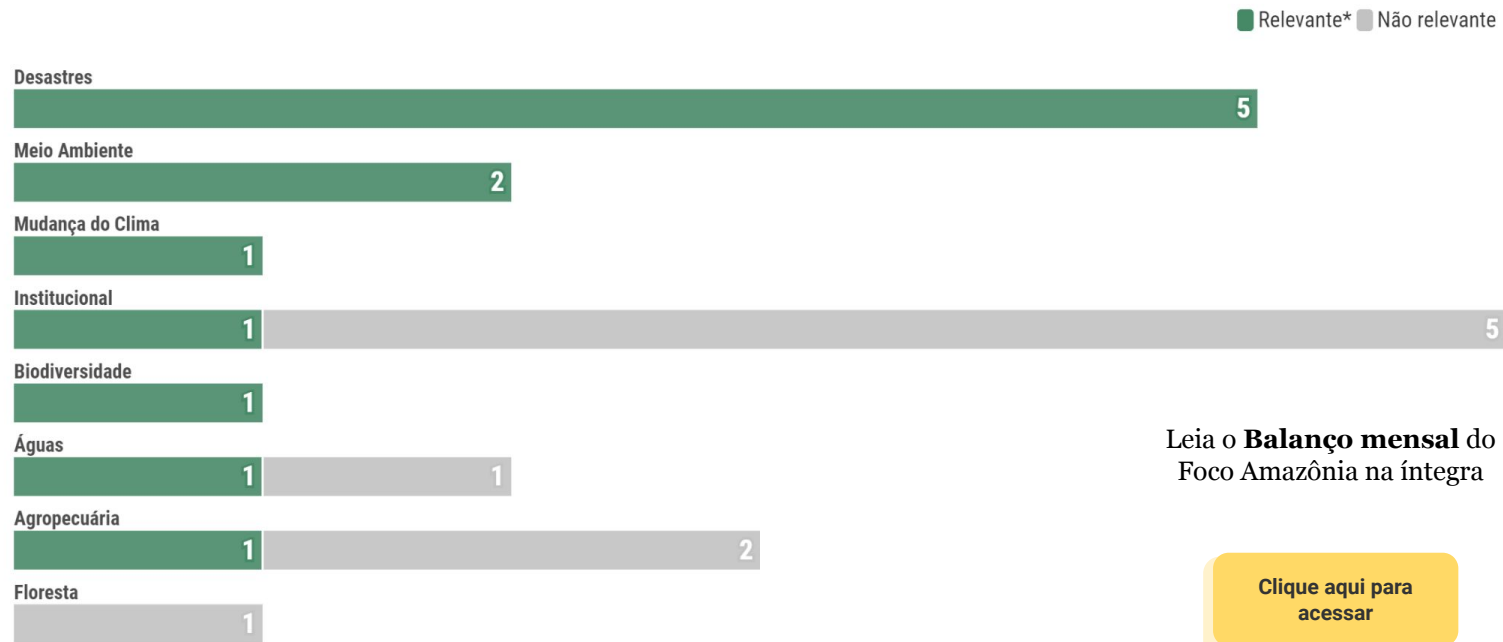
15 DE JULHO
DE 2022

22 DE JULHO
DE 2022



Foco Amazônia #8 | Jul.2022

ATOS E PROPOSTAS POR TEMA E RELEVÂNCIA





PODER LEGISLATIVO FEDERAL

ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES E
MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS
LEGISLATIVAS

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Recesso e esforço

De **18 a 31 de julho**, houve o recesso parlamentar no Congresso Nacional. Os deputados retornaram em esforço concentrado para votações já na primeira semana de agosto, mas não houve apreciação de PLs sensíveis em clima e meio ambiente. Haverá nova semana do tipo ao fim do mês. No Senado, o acordo é para o esforço concentrado na segunda e na terceira semana de agosto, mas com sessões semipresenciais. Em setembro, também seguirá esse formato. A presença dos parlamentares em Plenário será exigida após as eleições, que ocorrem em 2 de outubro.

Gases de Efeito Estufa

Foi **aprovado** no Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo (**PDL 179/2022**) que aprova o texto da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, adotado em Kigali, Ruanda, em 15 de outubro de 2016.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Agrotóxicos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal **decidiu** pela ampliação do debate acerca do **Projeto de Lei (PL) 1.459/2022**, que visa a alterar normas sobre agrotóxicos no país. Apelidado de PL do Veneno, a proposta flexibiliza regulações do tema. Os senadores aprovaram requerimento para ouvir representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Ibama e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

AS MOVIMENTAÇÕES NAS
PRINCIPAIS AÇÕES SOBRE CLIMA
E MEIO AMBIENTE



FOTO: MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

JUDICIÁRIO

Fernando de Noronha

Na **Ação Cível Originária (ACO) 3568**, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski **agendou** audiência de conciliação para o dia 9 de agosto. Na ação, a União pede que seja reconhecida sua titularidade sobre o Arquipélago de Fernando de Noronha e que o Estado de Pernambuco observe todas as cláusulas do contrato de cessão de uso em condições especiais da área.



CONJUNTURA

OS PRINCIPAIS FATOS E AS
POLÍTICAS EM CURSO

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Eleições e Bolsonaro

O Brasil anda muito mal visto internacionalmente pelas (in)ações em diferentes setores. Em nossas análises, temos destacado a pressão pelo desmonte nas políticas climáticas e socioambientais. E, cada vez mais, a atenção se volta para uma questão que abrange todas as áreas, o país e seu futuro como nação: a sobrevivência da democracia brasileira. Em julho, Jair Bolsonaro tentou mais uma vez tirar a **credibilidade** do sistema eleitoral brasileiro ao convocar embaixadores para ouvir suas teses não comprovadas. Contudo, tal ofensiva não foi bem vista e gerou efeitos negativos, no Brasil e internacionalmente. Os Estados Unidos, por exemplo, emitiram, após a reunião, duas declarações a respeito. A primeira vinda da Embaixada no Brasil e a segunda, em Washington, para **reforçar a confiança no sistema eleitoral brasileiro**.

E o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, **afirmou**:

- “A justiça eleitoral de todo o país não cruzará os braços”.
- “Paz e segurança nas eleições propugnamos. Não toleraremos violência eleitoral, subtipo da violência política. A Justiça Eleitoral não medirá esforços para agir, a fim de coibir a violência como arma política e enfrentar a desinformação como prática do caos”.

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Vale do Javari, ameaças e garimpeiros

Segundo informações obtidas pela *Folha de S.Paulo*, servidores da Funai foram abordados por homens armados e a serviço de garimpeiros na região do Vale do Javari, a mesma na qual Bruno Pereira e Dom Phillips foram assassinados em junho.

Em Madri (Espanha), o presidente da Funai, Marcelo Xavier, **deixou** a assembleia geral do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe (Filac) após protesto de Ricardo Rao, que foi exonerado em 2020 do cargo de indigenista especializado da FUNAI no Maranhão. “Este homem é miliciano, é responsável pela morte do (indigenista) Bruno Pereira (...) e do (Dom) Phillips”, disse Rao.

Por aqui, o novo coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai, cargo que foi ocupado por Bruno Pereira, **colocou em dúvida** a existência de povos isolados na Terra Indígena Ituna Itatá, no Pará. O parecer assinado por Geovanio Katukina embasou a decisão da FUNAI de não renovar a portaria de proteção territorial, que foi garantida por meio de **decisão judicial** e captada pelo Monitor de Atos Públicos em janeiro. Em junho, apesar do parecer contrário, a **restrição de ingresso** foi ampliada para três anos, a fim de garantir o monitoramento e proteção de grupo indígena em isolamento voluntário nº 110, designada “Igarapé Ipiaçava”. Em entrevista de Bruno Pereira publicada postumamente na *Folha*, há a afirmação de que existem “interesses fundiários e minerários monstruosos” na região.

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Pressão europeia

Foi **aprovada** no Parlamento Europeu (362 votos favoráveis, 16 contrários e 200 abstenções) uma **resolução** relativa às mortes de indígenas, do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips no Governo Bolsonaro, sendo exigida uma investigação “imediate, exhaustiva, imparcial e independente” sobre as mortes do indigenista e do jornalista. Além disso, os eurodeputados manifestaram preocupação com dois PLs que impactam os povos indígenas: PL 191/2020 (mineração e geração de energia elétrica em terras indígenas) e o PL 490/2007 (tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas).

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Leite x Salles

Segundo **reportagem** da *Folha de S.Paulo*, o ministro Joaquim Leite acumula, no seu primeiro ano à frente do MMA, números piores do que os de Ricardo Salles, seu antecessor, como a manutenção do desmonte na agenda ambiental brasileira, a alta nos incêndios na Amazônia e Cerrado (20% maior do que o mesmo período de 2021, sob a gestão Salles), o recorde de desmatamento na Amazônia e na Mata Atlântica, a fragilização dos órgãos ambientais e a divulgação de dados duvidosos. A POLÍTICA POR INTEIRO também já mostrou comparativos entre as gestões Leite e Salles: no ano passado, à **época da COP 26**, e em **janeiro deste ano**, com um balanço de 2021 e do que foi feito desde 2019.

Mais do mesmo

Em audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, na Câmara dos Deputados, Joaquim Leite **apresentou** números de repasses de recursos e ações de proteção ambiental que não batem com os coletados pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), segundo reportagem do *Correio Braziliense*. Leite afirmou que executou 68% do orçamento do MMA. Números do SIOP são inferiores.

No **Fakebook.eco**, foram mostrados dados sobre o programa “Combate ao Lixo no Mar”, frequentemente apontado por Leite como exemplo de ação bem sucedida do MMA. O material revela, entre outras informações, que ele “recolheu desde 2019 apenas 0,03% dos resíduos que chegam ao litoral do país todos os anos”.

Desmatamento

Foi registrado um novo recorde de desmatamento na Amazônia Legal para o primeiro semestre, além da tendência de alta no número de focos de incêndio para o mesmo período. Houve um aumento de 25% nos focos de incêndios que ocorreram nos primeiros semestres do atual Governo (2019 a 2022), comparado aos mesmos períodos da gestão anterior (2015 a 2018).

Próximo ao encerramento do ano PRODES (1 de agosto a 31 de julho), a tendência é de que o desmatamento ultrapasse a marca de 13.038 km² alcançada em 2021. O [Relatório Anual do Desmatamento](#) do MapBiomias apontou que quase um Estado do Rio de Janeiro foi desmatado em três anos no Brasil: 42 mil km². Somente em 2021, foram 16.557 km² – alta de 20% em relação ao ano anterior.

O desmatamento cresce em todos os biomas, assim como sua velocidade média, que passou de 0,16 hectares/dia em 2020 para 0,18 hectares/dia em 2021. Na Amazônia foi desmatado 1,9 hectare por minuto, o que equivale a cerca de 18 árvores por segundo.

Publicado também o [Balanço de Atividades de 2021](#) do Plano que detalha as iniciativas do Governo Federal relacionadas, direta e indiretamente, ao controle do desmatamento ilegal e os resultados atingidos. Diante da taxa de desmatamento registrada na Amazônia Legal em 2021 (13.235km²) e da manutenção da tendência de alta dos últimos anos, incluindo o aumento em todos os estados amazônicos, **o documento indica que nenhuma das iniciativas em curso causou o impacto esperado no controle do desmatamento.**

Infrações ambientais

O Ibama implementou mais mudanças nos procedimentos de apuração de infrações ambientais. Foi publicado despacho do presidente do instituto aprovando parecer jurídico para exigir que haja comprovação de culpa ou dolo para a responsabilização administrativa ambiental. Anteriormente, entendia-se que havia uma maior proximidade com a responsabilidade objetiva, ou seja, independente de culpa ou dolo, bastando a comprovação e ação ou omissão que viole regras jurídicas. Acesse a [análise da POLÍTICA POR INTEIRO](#) e entenda por que as mudanças podem dificultar as fiscalizações e punições.

Além disso, foi publicado o Plano de Priorização do Passivo Processual de autos de infração do IBAMA, por meio da Portaria 48/2022. Nele são separadas as demandas em categorias de prioridade, estabelecendo-se perspectivas de números para cada categoria. O plano revela números relevantes como que (i) há 158 servidores ativos na instrução processual – desde triagem e notificação até elaboração de relatórios; (ii) mais de 120 mil processos contabilizados entre 2013 e 2021, com apenas 10% a 15% das multas pagas; (iii) se estima um indicativo de prescrição de mais de 35 mil autos de infração até 2024.

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

BR 319

A **licença prévia** (LP) para a reconstrução da BR 319, no Amazonas, no trecho Porto Velho - Manaus, conhecido como Trecho do Meio, foi concedida. De acordo com a LP, as obras são para restauração e melhorias. O documento não autoriza supressão de vegetação nativa nem manejo de fauna silvestre, sem outros tipos de autorização dos órgãos competentes. Porém, **tramita** no Estado do Amazonas o PL nº 224 de 2022, captado pelo **Foco Amazônia**, que prevê a flexibilização do licenciamento ambiental de competência estadual para incentivo à conclusão da rodovia BR-319.

O ministro de Infraestrutura, Marcelo Sampaio, declarou que a BR 319 vai “tirar a sociedade do Amazonas do isolamento”.

No entanto, o **Observatório BR 319**, iniciativa que reúne diversas organizações em torno das questões socioambientais relacionadas às obras da rodovia, enxerga com grande preocupação a emissão da LP, principalmente neste momento de disputa eleitoral. Em nota, Fernanda Meirelles, diretora executiva do Observatório, afirma que essa decisão claramente possui motivação política e etapas importantes desse processo foram ignoradas. Além disso, Fernanda destaca que as ações de fiscalização são insuficientes para coibir grilagem, invasões, desmatamento e especulação fundiária, pressões que vêm aumentando exponencialmente nos últimos anos. As obras estão sob jurisdição do Dnit/RO.

Lítio

Foi publicada norma que flexibiliza as regras para as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio, destacando-se a retirada da obrigatoriedade da prévia autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear. O mineral é um dos tidos como “estratégicos” pelo Governo Federal, classificados na categoria dos que “detêm vantagens comparativas e que são essenciais para a economia pela geração de superávit da balança comercial do país”. Leia a nossa [análise exclusiva](#) sobre a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos – “Pró-Minerais Estratégicos“, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Segundo o [Observatório da Mineração](#), a medida “mexe com a geopolítica na América Latina” e pode ser um aceno à Elon Musk e à Tesla.

BRASIL

Eleições

- **Lula** (47% intenção dos votos): **afirmou** que seus futuros ministros terão perfil político e não apenas técnico. Faz **acenos ao agronegócio** e fecha **aliança com o senador Carlos Fávaro (PSD-MT)**, membro da bancada ruralista, que participará de equipe para elaboração do programa de governo e coordenará a campanha do ex-presidente no Mato Grosso. Tem-se falado que, num eventual governo Lula, poderá haver um **secretário especial para o clima** com o objetivo de melhorar a imagem internacional do país.
- **Bolsonaro** (29%): **reuniu diplomatas no Palácio** para, sem provas, questionar a integridade do sistema eleitoral. **Anunciou** intenção de ter Walter Braga Netto (PL), general da reserva, como vice de chapa.

Destques no Twitter



Nuvem de frases mais frequentes nos tuítes do mês, *monitorados em parceria com a Folha de São Paulo*, de autoridades do país (presidente, ministros, congressistas, entre outros) e especialistas relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas.

- Bolsonaro e o preço dos combustíveis
 - Assinaturas de decretos estaduais para redução do ICMS em combustíveis. A movimentação acontece após aprovação do **PLP 18/2022**, que limita o imposto estadual sobre combustíveis. A aprovação é vista como uma vitória do Governo Federal, que teme os efeitos das altas em ano eleitoral.
 - Publicação de decreto que **obriga os postos de combustíveis a exibir de forma “clara e objetiva” o valor do combustível antes do reajuste do ICMS.**
- Prêmio Congresso em Foco 2022: articulação de parlamentares pedindo votos para o concurso que **seleciona e avalia** a gestão de deputadas(os) e senadoras(es) em diversos setores.
- **#derrubaveto28**: repercussão da *hashtag* para derrubar o veto de Bolsonaro ao **Projeto de Lei 5466/2019**, de autoria de Joenia Wapichana (REDE-RR), que institui o Dia dos Povos Indígenas, em substituição ao Dia do Índio.
- **Parlamento Europeu**: aprovação de resolução que condena o governo Bolsonaro por sua gestão de políticas ambientais e de direitos humanos, os assassinatos de Bruno e Dom foram apontados como exemplo de violação.
- **Marcelo Xavier em Madri**: o presidente da Funai foi responsabilizado pelos assassinatos de Bruno e Dom por um ex-servidor do órgão em evento.

OCDE

Dada a publicação do roteiro de acessão do Brasil à OCDE em junho, aguarda-se ainda a resposta do governo brasileiro com o memorando da OCDE, que menciona as respostas que o país dará a esse caminho. Em relação a assuntos relacionados à OCDE, a **possível revogação da Lei das Estatais** (Lei 13.303/2016) num contexto eleitoreiro pode prejudicar a candidatura do Brasil como membro da organização, visto que a boa governança de empresas estatais é uma condição importante de boas práticas regulatórias. Além disso, a impunidade de crimes ambientais e crimes contra direitos humanos deve ser considerada nesse processo de acessão.

A resposta insuficiente do governo brasileiro frente à morte do indianista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips motivou manifestações de diversos governos e entidades. Em **especial** ao processo de acessão do Brasil à OCDE, a carta da Human Rights Watch menciona como o desrespeito aos direitos ambientais e humanos no Brasil é, além de moralmente reprovável, barreira à entrada à OCDE e à aplicação da lei no país.

Biodiversidade

Decisões baseadas em um restrito conjunto de valores de mercado da natureza estão na base da crise global de biodiversidade. É o que afirma **estudo divulgado pelo IPBES** (Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, painel da ONU que reúne especialistas em biodiversidade nos moldes do que o IPCC faz para clima). Esse relatório e um outro divulgado pelo IPBES, sobre a **superexploração das espécies selvagens**, subsidiarão os debates na COP 15, a COP da Biodiversidade, que ocorre em dezembro, em Montreal.

An aerial, black and white photograph of a dense tropical forest. A winding river flows through the center-right of the frame, with several meanders and small islands of vegetation. A helicopter is seen in flight, positioned in the upper-middle part of the image, flying over the forest canopy. The overall scene is lush and detailed, showing the texture of the trees and the path of the water.

TENDÊNCIAS

PARA ONDE CAMINHAMOS NO
BRASIL E NO MUNDO

BRASIL

Governo Federal

Com a aproximação das eleições, a perspectiva é de que os esforços se concentrem nas campanhas, bem como na agilização de agendas prioritárias ao eleitorado, como regularização fundiária, flexibilização no desenvolvimento de atividades e o aumento de subsídios a determinados setores.

De agosto até o 1º turno das eleições só há um grande evento programado: 77ª Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque.

Judiciário

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomará a sua agenda de julgamentos no mês de agosto, nos quais foram incluídas (i) as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4785, 4786 e 4787, ajuizadas contra leis de Minas Gerais, Pará e Amapá que instituíram taxas de fiscalização ambiental sobre mineração; e (ii) Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) 42 e as ADIs 4901 e 4902, que abordam as diferenças entre os conceitos de aterro sanitário e lixão e a possibilidade de continuidade de funcionamento de aterros situados em Áreas de Preservação Permanente (APPs), além de aspectos ligados à determinação de que a compensação ambiental deva ocorrer entre áreas de mesma identidade ecológica.

BRASIL

Congresso Nacional

No retorno do recesso parlamentar há a perspectiva de movimentação das agendas prioritárias do Governo Federal como regularização fundiária, mineração (especialmente em terras indígenas), licenciamento ambiental e agrotóxicos.

Assim como no Governo Federal, os congressistas também deverão dedicar grande parte do período até as eleições para realizar campanhas e articulações. Assim, para além do esforço concentrado, os andamentos de projetos tendem a desacelerar.

MUNDO

EUA

Enquanto no Brasil Executivo e Legislativo emperram a agenda climática, nos Estados Unidos, um nó parece ter se desfeito. E deve elevar a pressão para que outros países também avancem na pauta, incluindo o Brasil. Já na primeira semana de agosto, um histórico pacote climático – incluído na chamada Lei de Redução da Inflação, que também contempla medidas para a área de saúde – passou no Senado norte-americano. A votação foi acirrada, com desempate (51 a 50) pela vice-presidente americana, Kamala Harris. A proposta envolve US\$ 369 bilhões para políticas climáticas e precisa passar na Câmara. Deve ser promulgada pelo presidente Joe Biden ainda em agosto. A lei reaproxima os Estados Unidos do compromisso assumido por Biden: reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) pela metade em relação a 2005 nesta década. Somente com a lei em análise, seria alcançada diminuição de 40%.

Agenda 2022

- ❑ A partir de 16 de Agosto: Eleições - início da propaganda eleitoral
- ❑ 1 de Setembro: IPCC - **6o Relatório de Avaliação** (AR6 - consolidado)
- ❑ 13 a 20 de Setembro: 77^a Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque
- ❑ 2 de Outubro - Eleições: votação do 1º turno
- ❑ 17 a 19 de Outubro: Rio+30 com foco em Cidades
- ❑ 20 a 31 de Outubro: G20 - Cúpula
- ❑ 7 a 18 de Novembro - COP27 da UNFCCC, em Sharm El Sheik, Egito.
- ❑ 5 a 17 de dezembro - COP15 da CDB, em Montreal, no Canadá.



**política
por inteiro**

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade da Política Por Inteiro.

Termos de uso

Esta análise pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

Contato

politicaporinteiro.org

contato@politicaporinteiro.org

Iniciativa



Apoio



NICFI

Norway's
International Climate
and Forest Initiative